

A REAPROXIMAÇÃO ENTRE ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E A REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ: UMA ANÁLISE HISTÓRICA A PARTIR DOS PARES PRESIDENCIAIS

THE RE-ENGAGEMENT BETWEEN THE UNITED STATES OF AMERICA AND THE ISLAMIC REPUBLIC OF IRAN: A HISTORICAL ANALYSIS STARTING FROM PRESIDENTIAL PEERS

Luíza Gimenez Cerioli¹

Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Resumo: O Golfo Pérsico possui caráter prioritário nas agendas internacionais dos EUA e do Irã, países-chave nas relações internacionais da região, mas que possuem um histórico de litígios. Visto que, em 2013, durante os governos de Barack Obama e de Hassan Rouhani, foi assinado um acordo de caráter inédito entre o Irã e o P5+1 (Estados Unidos, França, Inglaterra, China, Rússia e Alemanha), torna-se útil analisar os motivos que levaram a uma perceptível alteração da política tomada previamente. Assim, o objetivo deste trabalho é compreender como se desenrolaram as relações entre os dois países após o fim da Guerra Fria, a partir da hipótese de que somente em 2013 houve uma coincidência de governantes interessados em alterar o *status quo* da relação, o que efetivou o processo de reaproximação entre eles. O método escolhido é o da análise de política externa dos pares presidenciais dos dois países, observando o interesse de cada gestão de se reaproximar ou não. Busca-se concluir, então, que a reaproximação que acontece é deliberada por Obama e Rouhani, sendo seu indicador os acordos nucleares do P5+1, que abre espaço para maior cooperação entre os dois países no Golfo Pérsico.

Palavras-chave: Irã. Estados Unidos da América. Golfo Pérsico. Acordo Nuclear. Oriente Médio.

Abstract: The Persian Gulf is essential to the US's and Iran's foreign policy agendas, two major actors in the International Relations of the Middle East, though their history of conflicts. In 2013, during the Barack Obama's and Hassan Rouhani's governments, the first nuclear agreement was signed between Iran and the P5+1 (USA, France, UK, China, Russia and Germany), making useful to evaluate the main reasons that lead to a visible change in the policy taken previously. Hence, this article aims to understand how the relations between USA and Iran developed since the post-Cold War, assuming that only in 2013 it was possible to see both governments interested in changing the status quo of the relationship, creating a space for re-engagement between both of them. The chosen methodology is the foreign policy analyses of the presidential peers, noting the interest of each administration to re-engage or not. The aim is to conclude that the re-engagement that occurred is due to deliberative policies of both presidents, Obama and Rouhani, indicated by P5 + 1 nuclear agreements, that open new possibilities for cooperation between both countries in the Persian Gulf.

Key-words: Iran. USA. Persian Gulf. Nuclear Deal. Middle East.

Recebido: 30/12/2015

Aprovado: 02/06/2016

¹ luizacerioli@gmail.com

Introdução

O Oriente Médio é um dos principais centros de tensão e disputas na estrutura do sistema internacional atual, sendo marcado por conflitos étnicos, litígios religiosos e presença constante de potências extrarregionais. A sub-região do Golfo Pérsico é tema decorrente nas agendas internacionais de diversos países devido à sua enorme reserva de recursos energéticos e sua localização geoestratégica, entre a África, a Europa e a Ásia (BOKARCZYK, 2012, p. 81). É possível afirmar que a região é uma das mais importantes do mundo, sendo sua complexa dinâmica geopolítica dirigida por fatores de *hard* e de *soft power*, como diplomacia, cultura e identidade, o que a torna bastante atrativa para os estudos de Relações Internacionais.

Após a Segunda Guerra Mundial, tornou-se clara a essencialidade do Oriente Médio para a política externa estadunidense, quando o país passou a aumentar exponencialmente sua presença na região (WRIGHT, 2007). Naquele contexto, as principais ameaças aos seus interesses eram relacionadas à competição com a URSS por área de influência. Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos se solidificaram como o poder predominante na região, dispondo dos meios para projetar suas capacidades militar e econômica, garantindo o livre fluxo de recursos energéticos para si e para seus aliados. De acordo com Leverett e Leverett (2012), o status de principal potência no Oriente Médio foi crucial para a primazia dos Estados Unidos no sistema internacional. Hoje, a extraordinária importância econômica das reservas de petróleo do Golfo Pérsico (mais de 20% das importações de petróleo estadunidenses provêm da região) e a presença de aliados estratégicos forçam Washington a organizar suas estratégias a fim de responder eficazmente aos acontecimentos na região (LEVERETT & LEVERETT, 2013).

Inserida nessa complexa região, encontra-se a República Islâmica do Irã, um país de grandes dimensões e dono de uma das maiores reservas de petróleo e gás do mundo. Com um regime ímpar, republicano e teocrático, instaurado em 1979 e solidificado na década de 1980, o Irã pode ser considerado hoje um dos países mais estáveis do Oriente Médio. A revolução que instaurou o regime atual teve um caráter fortemente nacionalista e oposto à presença de potências extrarregionais na região – principalmente os EUA – acusando estas intervenções de imperialistas. A política externa iraniana compreende que a zona primária de projeção e de influência do país é o Golfo Pérsico, sendo essencial, para Teerã, ser reconhecida como potência regional a ser consultada e envolvida nos acontecimentos regionais (TAKEYH, 2009; LEVERETT & LEVERETT, 2012).

De um dos principais aliados estadunidenses no Golfo Pérsico, durante seu regime monárquico, o Irã passou a ser um dos únicos países na região que não tem laços diplomáticos com os EUA, após refugar a aliança entre Washington e o Xá iraniano. Desde então, as relações entre os Estados Unidos e o Irã republicano são conhecidamente conturbadas. Pode-se traçar as origens desta rivalidade tanto no golpe político que os EUA assistiram o Xá a derrubar o Primeiro Ministro nacionalista iraniano, em 1953, quanto na tomada da embaixada estadunidense pelos iranianos, logo após o início da revolução.

Se por um lado, o Irã acusa os Estados Unidos de ser uma constante força em direção à desestruturação do regime iraniano, por outro, os EUA tendem a afirmar que o Irã é um ator irracional, que visa a ter armas nucleares e financia grupos considerados terroristas a fim de desestabilizar a região do Oriente Médio (ABRAHAMIAN, 2008, p. 205). Entretanto, a ausência de laços diplomáticos não significa que haja uma inércia nas relações entre esses dois países. Pelo contrário, nos últimos quarenta anos, a comunicação entre Teerã e Washington não cessou como um todo, havendo questões estratégicas em que os dois países tentaram aproximar-se e engajar ações conjuntas (PARSI, 2014; LEVERETT & LEVERETT, 2012).

Apresenta-se aqui a premissa de que existe uma relação direta entre esses dois Estados, complexa e variante. O presente artigo se insere no campo de Análise de Política Externa (APE), sendo que seu objetivo é compreender alterações e continuidades nas tomadas de decisão durante os mandados presidenciais do Irã e dos EUA no pós-Guerra Fria. APE se refere aos estudos que têm como objeto a política externa de governos específicos, considerando seus determinantes, objetivos, tomada de decisões e ações efetivas (SOLÓMON & PINHEIRO, 2013, p. 40). Existem inúmeras ferramentas de APE, sendo que uma delas é a observação do conteúdo de discursos e de posicionamentos dos líderes políticos em exercício. De fato, a autora Valerie Hudson (2005) afirma que toda a APE é caracterizada por focar em um tipo de ator específico, pois assim faz a ponte entre teoria, estrutura e agência, criando meios efetivos para estudar mudanças, redirecionamentos ou significados das ações individuais no sistema internacional.

De acordo com Chafetz, Abramson e Grillo (1996), o diagnóstico da ação do governante é eficiente porque os indivíduos ocupando essas posições, em teoria, representam os mais confiáveis para se identificar interesses de uma gestão em questões de política externa. A abordagem que foca nos tomadores de decisão do mais alto calão também é aceita por Putnam (1988), quando busca compreender a interação entre forças domésticas e

internacionais. Assim, escolheu-se neste artigo diagnosticar as relações entre Washington e Teerã por meio dos pares presidenciais.

É preciso ressaltar que o poder presidencial, tanto nos EUA, quanto no Irã, não é soberano nas tomadas de decisão em assuntos internacionais. Segundo Preston (2001), o poder presidencial é constrangido por inerentes limitações advindas da própria estrutura de seus sistemas políticos e de outros poderes institucionais. No caso dos EUA, projetos elaborados por um presidente podem ser alterados ou barrados pela oposição no Congresso, sendo que questões de política externa são, na maioria das vezes, absorvidas por disputas domésticas entre os dois principais partidos do país (PETERSON, 1994).

Já o sistema político iraniano é ainda mais complexo, pois o presidente está hierarquicamente abaixo do poder do Líder Supremo (o aiatolá em vigência) e do Conselho de Anciãos, um comitê de clérigos que avalia se as políticas tomadas no país estão de acordo com os preceitos religiosos (TAKEYH, 2009). Reconhecendo estas limitações metodológicas, a pesquisa se sustenta no reconhecimento de que existem diversas contribuições em APE centradas no poder presidencial (HUDSON, 2005; MEERNIK 1993; PRESTON, 2001). Na visão de Preston (2001), essas pesquisas colaboram com o campo, pois reconhecem o papel crítico das características individuais dos presidentes, assim como a capacidade deles de manobrar diversas instituições a fim de formular e desenvolver políticas e ações governamentais que correspondam ao seu interesse e ao de sua gestão.

Por fim, antes de iniciar a análise, torna-se mandatório justificar a presente pesquisa. Um ponto nerval nas tensas relações entre os países é o programa nuclear iraniano. Todavia, de maneira inédita, em novembro de 2013, em Genebra, foi assinado o primeiro acordo entre o Irã e o P5+1 (Estados Unidos, França, Inglaterra, China, Rússia e Alemanha), com o intuito de mitigar os litígios nesta questão. Assim, o artigo se justifica exatamente por haver visíveis nuances nos comportamentos dos EUA e do Irã. Busca-se apresentar que estas alterações denotam estratégias políticas conscientes dos presidentes em vigência, que visam, em longo prazo, à reaproximação e melhoria das relações entre Teerã e Washington.

O recorte temporal da pesquisa é a partir do fim da Guerra Fria, visto que o fim da dinâmica bipolar geraria um maior espaço para a alteração das relações estadunidenses (MEARSHEIMER, 2011). Sugere-se que, tanto por parte do Irã, quanto por parte dos EUA, houve interesse em maior diálogo e possível reaproximação, mas que nunca foram concomitantes entre as partes, até se chegar no par Barack Obama e Hassan Rouhani.

1. George H. W. Bush (1989-1993) e Ali Akbar Rafsanjani (1993-1997)

Com a morte do líder da Revolução Islâmica, Ali Ruhollah Khomeini, em 1989, o aiatolá Ali Khamenei foi nomeado como novo Líder Supremo e se organizou uma eleição na qual o influente político pragmático Ali Akbar Rafsanjani se elegeu presidente. O governo de Rafsanjani foi marcado pela ânsia de melhor adaptar o Irã ao sistema internacional, modernizando o país, mas permanecendo fiel aos pilares centrais da ideologia da revolução (TAKEYH, 2009, p. 127).

A necessidade de reformas econômicas deveria, para o presidente, reorientar um melhoramento das relações exteriores do país como um todo, principalmente com o Ocidente. No caso específico dos EUA, Rafsanjani acreditava que seria produtivo ao regime uma cooperação com Washington desde que em condições apropriadas, ou seja, desde que os EUA abordassem Teerã em pé de igualdade (LEVERETT & LEVERETT, 2012). Contudo, a elite política conservadora iraniana, muito associada aos princípios de Khomeini, acreditava ser arriscado aceitar qualquer aproximação com os EUA e, assim, segundo Takeyh (2009, p. 132), o que se estabeleceu foi uma política externa com características mais pragmáticas, porém restringidas.

No contexto de melhor se integrar ao sistema regional, o Irã foi um dos primeiros países a condenar a invasão do Kuwait pelo Iraque, defendendo a resolução da ONU que clamava por retirada imediata das tropas iraquianas. Em 1991, Teerã autorizou o uso estadunidense de seu espaço aéreo para a assistência de soldados que estariam na guerra contra o Iraque (GANJI, 2012). Entretanto, os esforços para demonstrar seu interesse em um abrandamento nas relações não foram reconhecidos pelo governo estadunidense. Após libertar o Kuwait, os EUA reforçaram a já crescente militarização da região, não só por meio de suas próprias forças armadas, mas também por vendas massivas de material bélico às monarquias do Golfo, cercando a vizinhança iraniana (TAKEYH, 2009).

Os EUA organizam a Conferência de Madrid, em outubro de 1991, buscando um acordo de paz para o conflito árabe-israelense. Para a surpresa de Rafsanjani, tanto o Irã, quanto o Egito e a Síria não foram convidados para a conferência, a qual George H. W. Bush afirmou ser o encontro que definiria a nova ordem mundial no Oriente Médio (LEVERETT & LEVERETT, 2012). A exclusão desta conferência serviu para inflamar as suspeitas iranianas de que o objetivo dos EUA era isolar o país internacionalmente e retirá-lo do clube de países que influenciavam a região (TAKEYH, 2009).

2. Ali Akbar Rafsanjani (1993-1997) e Bill Clinton (1993-2001)

A primeira eleição presidencial nos EUA após a Guerra Fria, em 1993, elegeu o democrata Bill Clinton, que clamava por uma reorientação dos esforços nacionais para as questões domésticas e geoeconômicas. Em um primeiro momento, ainda em 1993, Rafsanjani se mostrou entusiasmado com a ideia de um presidente democrata no poder e publicamente anunciou que “melhores relações com os EUA não estariam de modo algum em contradição com os objetivos iranianos” (TAKEYH, 2009, p. 171).

A política externa de Clinton, contudo, foi articulada segundo interesses de expandir o liberalismo econômico, ao mesmo tempo em que o presidente objetivava direcionar menor verba ao âmbito internacional (DUECK, 2006). Nesse contexto, a administração anunciou sua política de contenção dupla, destinada a isolar simultaneamente o Iraque e o Irã, percebidos como os principais perturbadores de uma ordem favorável aos EUA no Golfo Pérsico. Para o governo estadunidense, Teerã era um dos principais dificultadores dos processos de paz árabe-israelense, pois financiava grupos paraestatais considerados terroristas, como o Hezbollah e o Hamas, e se opunha diretamente à presença militar dos EUA no Golfo Pérsico (YETIV, 2008).

A estratégia utilizada por Clinton foi isolar o Irã por meio de pressões econômicas. Washington proibiu empresas estadunidenses de exercer qualquer troca comercial com o Irã (PARSI, 2014). Já em 1996, o presidente assinou a lei Ato de Sanções Irã-Líbia (ILSA), que impunha sanções econômicas a qualquer empresa internacional que negociasse com o setor petrolífero do Irã ou da Líbia. O objetivo principal dos EUA era forçar seus aliados, principalmente o Japão e os países europeus, a parar de importar petróleo do Irã, visto que esse deveria ser penalizado por suas ligações com grupos considerados terroristas (TAKEYH, 2009, p. 176). Em 1996, ocorreu o atentado às Torres Khobar, na Arábia Saudita, onde havia bases das forças militares estadunidenses, fato que foi associado pelo FBI ao governo iraniano, o que definitivamente afastou o governo Clinton de alguma reaproximação com Teerã (TAKEYH, 2009).

3. Bill Clinton (1993-2001) e Muhammad Khatami (1997-2005)

Durante as eleições presidenciais iranianas de 1997 surgiu um grupo político reformista na imagem de Muhammad Khatami. Evitando o antiamericanismo e priorizando questões mais universalistas, como Direitos Humanos e Educação, buscava reorganizar a maneira em que o Estado e a sociedade interagiam entre si, bem como melhor adaptar o país à comunidade

internacional, por intermédio de compartilhamento de suas culturas e seus valores (TAKEYH, 2009, p. 185-7).

Sua política externa, então, foi orientada a fim de impulsionar positivamente as relações internacionais do país. Khatami visitou Itália, Japão, França, Arábia Saudita, entre outros aliados dos EUA (ABRAHAMIAN, 2008). Em 1979, o Reino Unido reatou laços diplomáticos com o Irã e, no mesmo ano, a ONU retirou o país da sua lista de violadores dos Direitos Humanos. Seu grande desafio, todavia, era o abrandamento das relações com os EUA. Para isso, em um ato inédito, Khatami concedeu uma entrevista à rede televisiva norte americana CNN, na qual o presidente afirmou que admirava o povo estadunidense e incentivava uma contínua troca cultural entre Teerã e Washington (TAKEYH, 2009, p. 195). Sobre uma possível cooperação, Khatami respondeu à repórter que havia, sim, interesses, mas que “existe uma grave desconfiança entre nós; se as negociações não forem baseadas em respeito mútuo, elas nunca levarão a resultados positivos”.

Na opinião de Takeyh (2009, p. 187-96), Khatami era um candidato com forte apelo popular, mas com fraca eficiência como líder político, incapaz de contornar as lutas internas entre as elites políticas e de desafiar a ordem dos clérigos conservadores. Esses se mostravam pouco favoráveis ao interesse dos reformistas de aproximação com os EUA. Ademais, havia críticas ao processo de liberalização econômica e aos altos índices de corrupção, o que restringia o espaço de Khatami para operar mudanças. Já, por parte dos EUA, a administração Clinton tinha como objetivo prioritário no Oriente Médio os acordos de paz entre israelenses e árabes e não percebia como crucial o abrandamento das relações com Irã (LEVERETT & LEVERETT, 2012). Assim, o entusiasmo com a eleição de um presidente democrata estadunidense se esvaziou, enquanto se percebia uma clara falta de interesse, da parte dos EUA, de se engajar em cooperação.

4. Muhammad Khatami (1997-2005) e George W. Bush (2001-2009)

Os ataques às Torres Gêmeas e ao Pentágono serviram como *momentum* para a ascensão dos políticos estadunidenses conhecidos como neoconservadores, que viam na política externa um espaço vital para promover seus valores e interesses nacionais (WRIGHT, 2007, p. 17-28). Na percepção neoconservadora, a ausência de democracia e liberdade era a verdadeira causa da radicalização política islâmica e do terrorismo. A chamada Doutrina Bush estabeleceu ambiciosos objetivos de longo prazo que se centravam em impedir o acesso a armas não convencionais por grupos terroristas e em combater as raízes do extremismo islâmico, consideradas pelos neoconservadores como produtos da ausência de democracia nos caráters

ocidentais (YETIV, 2008; WRIGHT, 2007). Nessa ótica, a falta de instituições representativas legítimas no Oriente Médio é que levava as pessoas à adesão ao fanatismo religioso (MEARSHEIMER, 2011). Autorizando o uso preventivo da força e iniciando a chamada Guerra ao Terror, a doutrina possuía um amplo escopo que incluía, não somente grupos terroristas, mas também qualquer pessoa, organização ou Estado que, na visão estadunidense, fosse definido como hostil ou como patrocinador do terrorismo internacional (WRIGHT, 2007, p. 38-43).

No que tange às relações com o Irã, os atentados abriram um espaço oportuno para a cooperação entre os dois países (COOK; ROSHANDEL, 2009; LEVERETT; LEVERETT, 2012). Flyntt e Hillary Leverett (2012) consideram que surgiu a possibilidade de cooperação porque ambos os países compartilhavam o desgosto pelo Talibã e pela Al-Qaeda, grupos paramilitares sunitas, responsáveis pelos ataques. De fato, o Irã foi um dos primeiros Estados a oficialmente enviar condolências aos EUA e condenar o ataque terrorista (COOK & ROSHANDEL, 2009). Contudo, em seu discurso, os neoconservadores deixavam claro que não tinham interesse em se aproximar do Irã, devido ao vínculo entre Teerã e supostos grupos terroristas. Mesmo assim, hoje é sabido que, nos imediatos anos seguintes ao atentado, houve intenso diálogo entre a administração Bush e o governo de Khamenei sobre a questão dos talibãs (TAKEYH, 2009; PARSI, 2014).

O primeiro alvo da Guerra ao Terror foi o Afeganistão, contra o Talibã. Khatami percebia esta janela de oportunidade para rever as alianças com Washington devido à confluência de interesses. Já para os aiatolás, a presença de tropas estadunidenses em sua vizinhança significava uma ameaça, gerando uma atmosfera de medo de que o país fosse o próximo a ser invadido caso se mostrasse assaz hostil (COOK & ROSHANDEL, 2009). Assim, tanto Khatami, quanto Khamenei concordaram em cooperar com os EUA no Afeganistão, autorizando-o a utilizar o espaço aéreo e os portos iranianos, além de disponibilizarem assistência humanitária a soldados estadunidenses feridos (TAKEYH, 2009; COOK & ROSHANDEL, 2009). A assistência iraniana foi essencial, também, na Conferência de Bonn, realizada em dezembro de 2001, cujo objetivo era organizar o processo de estabilização do Afeganistão.

Assim como na Guerra do Golfo em 1990, a cooperação iraniana no Afeganistão em 2001 não resultou em alguma alteração concreta na política estadunidense frente à Teerã. De fato, ocorreu justamente o oposto, quando Bush, em janeiro de 2002, declamou seu famoso discurso sobre a existência de um “Eixo do Mal” composto por Irã, Iraque, Síria e Coreia do Norte, países que supostamente buscariam armas de destruição em massa e ameaçariam a paz

mundial (LEVERETT & LEVERETT, 2012). Ainda, a administração Bush acusava o Irã de ser o maior financiador do terrorismo internacional e um país determinado a desestabilizar Israel.

O discurso foi um baque para a política de Khatami, dando espaço para que novas forças políticas conservadoras ganhassem voz no país, acusando-o de ineficiente e de “entreguista” frente aos EUA (ABRAHAMIAN, 2008). A contraprodutibilidade do discurso do Eixo do Mal se fez visível com a crescente deterioração do grupo político de Khatami, que era o que mais se mostrava a favor de Washington, ao mesmo tempo em que se fortificava uma ala conservadora moderna, cada vez mais antiestadunidense.

Destarte o governo Bush veio a se beneficiar novamente da cooperação iraniana ao invadir o Iraque, em março de 2003, a fim de derrubar o regime de Saddam Hussein. Outra vez, a disposição iraniana em cooperar com uma invasão estadunidense em sua região se deu por uma combinação de medo e esperança. A queda do regime iraquiano, inimigo histórico do Irã, mostrava-se oportuna, ao mesmo tempo em que aumentava os temores entre os políticos iranianos de que seu país seria o próximo a ser invadido (TAKEYH, 2009, p. 215-217).

O governo Khatami indicava, em maio de 2003, novamente, interesse em intensificar a cooperação com os EUA e via um embaixador suíço, o presidente encaminhou uma carta na qual oferecia um amplo acordo ao Departamento de Estado estadunidense. A despeito da credibilidade do documento (não é sabido se Khamenei consentia com esta proposta), os EUA não se mostraram dispostos a responder ao presidente iraniano, evitando qualquer tipo de retorno (PARSI, 2014). Após conseguir o envolvimento de Teerã em seu favor no Afeganistão e no Iraque, a administração Bush não percebia nenhum outro motivo para investir em tal aproximação (TAKEYH, 2009).

5. Mahmud Ahmadinejad (2005-2013) e George W. Bush (2001-2009)

Conforme supracitado, o discurso do Eixo do Mal catalisou uma crise que vinha elaborando-se no âmago do grupo reformista iraniano. Nessa conjuntura, elegeu-se Mahmud Ahmadinejad, representante de um renovado conservadorismo que visava a recuperar os princípios da Revolução Islâmica. Ahmadinejad teve como suas principais causas internacionais a defesa da questão árabe-palestina, uma forte oposição ao Estado judeu e um antiamericanismo exacerbado (TAKEYH, 2009, p. 237-240).

A perspectiva era de que os inimigos estavam sempre à espreita e conspirando a fim de subverter o regime do Estado teocrático. Diálogo civilizacional e interação com a comunidade global tinham valor limitado para aqueles que negritavam que somente através de um posicionamento

dogmático o Irã poderia clamar pelo seu lugar de direito na ordem internacional. Diplomacia do confronto deveria ser a nova norma e o Irã deveria ser vigilante na defesa de suas prerrogativas (TAKEYH, 2009, p. 239)

Assim, pode-se afirmar que, neste período, não somente por parte de Bush – que manteve o jogo político anterior –, mas agora também por parte de Ahmadinejad, não havia grandes interesses das administrações em reaproximação ou abrandamento das relações. Na verdade, o período de 2005-2009 foi quando mais se observaram acusações de ambas as partes na arena internacional, sendo o principal foco de denúncias o projeto nuclear iraniano (LEVERETT & LEVERETT, 2012).

A comunidade internacional passou a se preocupar com o projeto iraniano em 2002, quando foi revelado que o Irã já tinha construído uma instalação de enriquecimento de urânio em Natanz, uma de processamento de água pesada em Isfahan e outra em finalização em Arak – o que demonstrava um esforço real orientado à autocapacitação nuclear (TAKEYH, 2009, p. 244). A não divulgação destas instalações antes de serem finalizadas violava o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP, ratificado por Teerã em 1970) o que passou a alertar a comunidade internacional sobre o projeto (COOK & ROSHANDEL, 2009, p. 118-123). Esta violação do tratado levantou suspeita sobre as reais intenções do Irã. Os índices de enriquecimento eram superiores ao mínimo necessário para produção energética e a insistência do Irã na aquisição de reatores de água pesada geraram dúvidas, visto que não são essenciais para um projeto que visa somente à produção de energia (CORDERMAN, COUCHLIN-SHULTE & GOLD, 2013). O país se sustentou no argumento que precisa de outras fontes de energia para abastecer sua crescente população e que a demanda por eletricidade não será, futuramente, respondida somente pela indústria de gás e petróleo – essas, por sua vez, defasadas tecnologicamente devido aos embargos internacionais (ADIONG, 2008).

Ahmadinejad, contudo, deliberadamente utilizou a estratégia de vincular a identidade nacional iraniana ao empoderamento nuclear por meio de um discurso extremamente impositivo e dogmático (COOK & ROSHANDEL, 2009, p. 150). O programa nuclear iraniano se tornou bastante popular, sendo associado à “constante luta do país em defesa de seus ideais contra as imposições imperialistas das grandes potências estrangeiras” (ABRAHAMIAN, 2008, p. 256). Ahmadinejad afirmava que a administração de Khatami estava negociando o projeto nuclear de maneira subjugada, “capitulando frente aos objetivos do Ocidente”, sendo necessário assumir uma postura mais agressiva para defender os interesses de Teerã (TAKEYH, 2009, p. 248). É importante lembrar que a retórica assaz hostil

de Ahmadinejad contra Israel, que chegou a negar o holocausto judeu, acabou por apresentar o Irã como um ator muito radical, isolando-o mais ainda da comunidade internacional (TAKEYH, 2009, p. 260).

Ahmadinejad priorizou uma atuação internacional dogmática e confrontacionista a fim de fortificar a importância estratégica do país, em detrimento de questões domésticas e de estabilização econômica. Durante os oito anos do governo de Ahmadinejad, a economia do Irã passou por constantes quedas e desequilíbrios que levariam a um estrangulamento econômico do país (LEVERETT & LEVERETT, 2012). O presidente se valia de um fervoroso discurso anti-estadunidense para justificar a queda dos índices econômicos do país, associando-os diretamente às sanções internacionais. Todavia, é essencial reconhecer que a má performance econômica do país não derivava somente de fatores externos, como também de má administração governamental e falta de atratividade do Irã ao investimento do capital estrangeiro (COOK & ROSHANDEL, 2009).

6. Mahmud Ahmadinejad (2005-2013) e Barak Obama (2009-)

Ao iniciar seu mandato, Obama buscou deixar claro sua rejeição à abordagem demasiadamente dogmática de Bush no que tange à política internacional, apresentando um projeto mais pragmático (PARSI, 2014). Ao contrário do unilateralismo de Bush, Obama pretendia destacar a importância do multilateralismo, da fortificação de alianças e do melhoramento das relações com outros países. Se a doutrina anterior clamava por uso preventivo da força, Obama passaria a destacar as vantagens do engajamento diplomático, sendo, então, o uso da força um último recurso a ser tomado (RYNHOLD, 2008).

Determinado em combater o terrorismo em um escopo global, Obama não concordava com o conceito genérico de Guerra ao Terror de “espalhar democracia”, assim como era adverso a políticas de uso preventivo da força (INDYK et al., 2012). Ao contrário, o objetivo de Obama era diminuir a presença ostensiva de suas forças armadas ali presentes e melhorar a maneira pela qual o país é percebido pelos países da região. Assim, ele objetivou findar os conflitos no Iraque e no Afeganistão, focando somente em ataques direcionados especificamente a operações da Al’Qaeda e grupos considerados terroristas no Paquistão, Afeganistão e outros países (INDYK et al., 2012). O principal desafio de Obama na região não seria mais fazer proliferar a democracia, e sim encontrar meios para assegurar uma estabilidade regional condizente com os interesses estadunidenses (RYNHOLD, 2008).

Dessa maneira, Obama mostrou interesse em encontrar uma resolução para o longo litígio com o Irã, visto que esse país é um ator central para a estabilidade regional. De acordo

com Parsi (2012) e Rynhold (2008), Obama ensaiou, em 2009, a primeira tentativa diplomática, por parte dos EUA, de melhorar relações com o Irã. Nesse ano, foram organizadas reuniões secretas entre especialistas em política externa estadunidenses e iranianos, expostas pelo Wikileaks (PARSI, 2012). O objetivo central da administração Obama era rever o que já se sabia sobre o projeto nuclear iraniano a fim de elaborar uma nova estratégia para considerar a temática, evitando reproduzir as mesmas escolhas feitas pelo governo anterior (PARSI, 2014, p. 104-108).

Como já mencionado, o projeto nuclear iraniano é fonte de atrito entre EUA e Irã e, desde 2006, os EUA passaram a integrar o grupo europeu que visava a negociar uma resolução para o tema, que passou a ser conhecido como o P5+1. Todavia, visto que nenhuma das negociações havia chegado a resoluções positivas, o objetivo de Obama era rever as maneiras possíveis de lidar com o Irã nas negociações. Em abril de 2009, foi apresentada pela administração uma nova estratégia que sustentava a ideia de, simultaneamente, oferecer maior engajamento nas negociações e fortificar a gama de sanções caso o Irã não respondesse positivamente (PARSI, 2014, p. 129-132). Essa estratégia passou a ser conhecida como “dupla via”, na qual esforços diplomáticos, se falhos, eram acompanhados pela força de sanções. Obama abandonou a política anterior de exigir do Irã a suspensão total de suas atividades do ciclo de combustão nuclear antes de qualquer negociação (DAVENPORT, 2014). Para mostrar sua boa vontade, na celebração de ano novo persa em 2009, Obama gravou uma mensagem, para o povo iraniano:

Minha administração está comprometida com a diplomacia, que buscará construir alianças entre os EUA, o Irã e a comunidade internacional. Esse processo não vai avançar com ameaças. Nós buscamos, ao contrário, um engajamento que seja honesto e fundado no respeito mútuo. Os EUA querem que a República Islâmica do Irã tome o seu lugar de direito na comunidade internacional. Vocês têm o direito – mas este vem com responsabilidades reais (OBAMA, 2009 *apud* PARSI, 2014, p. 125).

Eram diversos os fatores, todavia, que dificultariam uma alteração automática da política estadunidense frente ao Irã. Primeiramente, os EUA teriam que lidar com seus aliados tradicionais no Oriente Médio, Israel e Arábia Saudita, que se demonstravam temerosos e desconfortáveis com um cenário de possível aproximação entre Teerã e Washington (RYNHOLD, 2008). Ademais, a hostilidade entre os dois países já havia institucionalizado-se na política doméstica dos EUA, sendo que existem diversos grupos políticos e lobbies que veementemente se opõem a um reatamento com Teerã, gerando, assim, um alto custo político doméstico para o governo (PARSI, 2014, p. 28). Por fim, o radicalismo de Ahmadinejad, como já mencionado, prejudicou a imagem do Irã no cenário internacional, o que tornava

ainda mais nebuloso o espaço diplomático de Obama para efetivar seus objetivos de abrandamento das relações (TAKEYH, 2009; PARSI, 2014).

A verdadeira pá de cal sobre a via diplomática de Obama, contudo, aconteceu com a crise política iraniana nas eleições presidenciais de 2009, na qual Ahmadinejad foi dado como reeleito. O candidato da oposição, Houssein Mousavi, questionou os resultados, demandando recontagem e acusando Ahmadinejad de fraude eleitoral. Nos dias seguintes ao anúncio, espontâneas manifestações nas ruas de Teerã esbravejavam “onde está o meu voto?” (DABASHI, 2013). Milhares de iranianos foram às ruas (ato que ficou conhecido como Movimento Verde) e o embate com a polícia causou, já no primeiro dia, mais de dez mortos e 450 presos (PARSI, 2014, p. 254). A ação truculenta da polícia contra os manifestantes se manteve e surgiram relatos de abusos de direitos humanos, incluindo estupro e assassinatos nas superlotadas prisões e nas universidades pró-Mousavi (PARSI, 2014, p. 200).

A desaprovação internacional das consequências do chamado Movimento Verde de 2009 fez crescer o ceticismo dentro do Congresso estadunidense frente à via diplomática. Diversas forças domésticas e aliados internacionais passaram a exigir um aumento da via das sanções. O Movimento Verde criou a oportunidade para que os opositores da abordagem de Obama minimizassem ainda mais o espaço político do governo para um engajamento com Ahmadinejad. Já em outubro de 2009, Obama se prontificou a começar a via da pressão, preparando um novo pacote de sanções econômicas e militares. Naquela conjuntura, mesmo que se opor às sanções pudesse ser uma boa política para a geoestratégia do Golfo Pérsico, era má política doméstica, pois teria um enorme custo político ao presidente perante o Congresso, o que poderia prejudicar-lhe nas próximas eleições legislativas (PARSI, 2014, p. 244-5). Assim, a crise política iraniana de 2009 comprometeu a primeira real iniciativa, por parte dos EUA, de se engajar com Teerã e abrir uma nova página na história das relações entre eles (PARSI, 2014, p. 321-38).

A preferência da Casa Branca foi, primeiro, impor mais sanções por intermédio do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para, depois, organizar sanções adicionais unilaterais. Em uma análise dos efeitos das sanções estadunidenses ao Irã, Corderman, Couchlin-Schulte e Gold (2013) afirmam que a administração Obama aumentou drasticamente o tamanho e o escopo das sanções: no total, desde 2009 até junho de 2013, foram cinco leis outorgadas. O diferencial das sanções a partir de Obama é que essas focaram em isolar o país economicamente, ao transformar em alvo os setores financeiro e comercial do país. Os novos pacotes de Obama atingiam qualquer pessoa que fizesse um investimento maior de US\$ 20 milhões na indústria petroleira do Irã ou que disponibilizasse a este setor

algum bem, serviço ou informação, além de embargar transações internacionais no setor bancário e autorizar o bloqueio de transferências de capitais e bens de iranianos nos EUA.

O cenário econômico iraniano, a partir de 2010, mostrou-se preocupante: cresciam índices de inflação e desemprego, a moeda nacional passou por má desvalorizações, a produção nacional apresentou quedas generalizadas e o país passou a ser o mais afetado por fuga de cérebros do mundo (CORDERMAN, COUCHLIN-SCHULTE & GOLD, 2013). Além disso, Ahmadinejad se viu, também, cada vez mais isolado politicamente, perdendo uma parcela de seus tradicionais aliados políticos e somando desentendimentos com o clérigo islâmico.

7. Barack Obama (2009-) e Hassan Rouhani (2013-)

De acordo com Milani (2013c), Hassan Rouhani, eleito em 2013, organizou uma campanha fortemente alegórica que galvanizava o interesse do povo por mudanças. Rouhani tinha a seu favor o descontentamento do povo iraniano com a administração Ahmadinejad, visto que era diretamente associada à inflação, à crise econômica, à repressão policial durante as manifestações e ao aumento das sanções econômicas internacionais (MILANI, 2013b). Dessa maneira, a pauta central da plataforma eleitoral de Rouhani foi: (i) contornar a instabilidade e crise econômica e (ii) reabilitar a política externa do país, neutralizando os danos causados pelo posicionamento confrontacionista de Ahmadinejad.

O presidente reconhecia que o melhoramento da economia do país somente viria com um abrandamento das sanções econômicas, que estavam privando o país de crescer e de se modernizar (MILANI, 2013a). Todavia, para aliviar as sanções, o Irã deveria reorientar sua política perante o assunto mais sensível ao cenário internacional: a questão nuclear. Segundo o Ministro das Relações Exteriores iraniano, Javad Zarif (2014),

A plataforma de política externa de Rouhani foi baseada em uma crítica sábia, sóbria e íntegra da condução de política exterior durante os precedentes oito anos da administração prévia. Rouhani prometeu remediar a inaceitável condição das relações através de uma grande revisão das relações internacionais do país. As mudanças que ele propôs demonstraram uma compreensão realista da ordem internacional contemporânea, dos desafios externos atuais que a República Islâmica enfrenta e da necessidade de restaurar as relações do Irã com o mundo a um estado de normalidade. Rouhani também clamou por um discurso de ‘moderação prudente’. Essa visão objetiva mover o Irã para longe da confrontação e em direção ao diálogo, à interação construtiva e ao entendimento, sempre com atenção à salvaguardar a segurança nacional, elevando o status do Irã, e alcançando um desenvolvimento compreensivo de longo prazo (ZARIF, 2014).

Rouhani indicou, logo após ser eleito, disposição de iniciar um novo processo de negociação do projeto, prometendo uma diplomacia mais ativa e comprometida com os esforços

necessários para construir confiança e transparência (MILANI, 2013a). É possível afirmar que esse posicionamento de Rouhani recebeu o aval do Líder Supremo, uma vez que esse lhe deu ampla liberdade sobre a política externa do país. O Aiatolá Khamenei chegou a declarar que o Irã estaria pronto para mostrar uma “flexibilidade heroica” em negociar com o Ocidente, designando a Rouhani a autoridade para agenciar internacionalmente (MILANI, 2013c).

De maneira geral, a mídia ocidental demonstrou otimismo perante a eleição de Rouhani, indicando que a substituição de um presidente radical por um moderado poderia ser benéfica para a resolução internacional da questão nuclear. Segundo Milani (2013b), para Washington, a eleição de Rouhani significou uma confirmação de que sua estratégia estaria, em certa instância, funcionando, uma vez que a pressão por sanções levou ao enfraquecimento da administração radical. Ademais, Rouhani era mais bem aceito pela comunidade internacional visto sua experiência política em organizações internacionais, diferentemente de Ahmadinejad, que era desconhecido por muitos antes de se eleger (ERDBRINK, 2013).

Em seu primeiro discurso perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, Rouhani declarou que o Irã estava totalmente preparado para resolver a disputa nuclear com o Ocidente. Obama, em resposta, indicou que os interesses dos EUA eram recíprocos, enfatizando que seu país não buscava mudar o regime de Teerã e que, no momento em que a disputa nuclear fosse resolvida, os países poderiam iniciar um novo tipo de relacionamento (MILANI, 2013a). Rouhani apresenta uma percepção de que os principais problemas domésticos do país são reflexos do isolamento internacional que, por sua vez, é consequência da indefinição da questão nuclear. Segundo ele,

Nas minhas campanhas presidenciais, eu prometi balancear realismo com a manutenção dos ideais da República Islâmica – e eu ganhei o apoio dos iranianos por uma larga margem. Pela virtude do mandato popular que recebi, estou comprometido com a moderação e com o senso comum pelo qual agora guio todas as minhas políticas governamentais [...] durante minha campanha presidencial, eu me comprometi a fazer o possível em meu poder para agilizar a resolução do impasse sobre nosso programa de energia nuclear. Para cumprir com esse comprometimento e aproveitar a janela de oportunidade que as eleições me abriram, meu governo está preparado para não deixar pedra sobre pedra na busca de uma solução permanente que seja aceitável por todas as partes (ROUHANI, 2014).

Como prometido em sua campanha, Rouhani rapidamente assumiu seu compromisso e acelerou o diálogo com o grupo P5+1. De fato, de maneira inédita, em 24 de novembro de 2013, depois de quatro dias de reuniões oficiais em Genebra, foi assinado o acordo. Vale destacar que esses tipos de reunião para negociação já ocorriam desde 2006 e que diversas propostas haviam sido foram lançadas, mas nunca ocorrera um consenso e a assinatura de um plano de ação conjunto. O principal motivo para o truncamento das negociações era que os

países do P5+1 exigiam a suspensão total das operações nucleares do Irã antes de negociar. O Irã continuou rejeitando as propostas do P5+1, pois afirmava que este requerimento não reconhecia o direito do país de enriquecer urânio para fins pacíficos (DAVENPORT, 2014).

O inédito acordo assinado em 2013 foi dividido em duas etapas contínuas: a primeira fase de seis meses para que se construísse a confiança entre as partes e a segunda fase de elaboração de um abrangente acordo de longo prazo (DAVENPORT, 2014). Também se estabeleceu uma Comissão Conjunta, que seria formada por representantes dos sete países para monitorar a implementação do acordo e trabalhar com a AIEA nas investigações. De fato, o acordo cumpriu seus passos e, em 2015, um acordo final foi estabelecido.

O Plano Integrado de Ação Conjunta (JCPOA, sigla em inglês), formalmente assinado em Viena no dia 14 de julho de 2015, é uma grande vitória para as políticas externas de Obama e Rouhani. O acordo pode ser considerado um dos mais permissivos que há na atualidade, dispondo a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) de diversas prerrogativas para garantir que o programa nuclear seja totalmente pacífico. Dentre essas, o Irã deve: reduzir pela metade suas centrífugas em operação, enriquecer urânio somente até 3.65%, submeter-se a inspeções regulares da AIEA e fechar a usina de Ford (LUCAS, 2015). Não somente o presidente estadunidense logrou obter um plano que convincentemente impede a produção de armas nucleares por parte iraniana; Rouhani, por sua vez, ao rearranjar a imagem do Irã, abriu caminho para mudanças na sua inserção internacional.

A completa execução do JCPOA deve, não somente modificar as relações entre Estados Unidos e Irã, mas também levar a uma reorganização da geopolítica do Golfo Pérsico. De fato, o acordo nuclear deve encaminhar a remoção da principal justificativa do isolamento do regime iraniano, visto que o país não poderia mais ser percebido como a principal ameaça à estabilidade regional (BARZEGAR, 2015). É possível afirmar que o acordo nuclear, então, faz parte de um interesse estratégico a longo prazo de ambas as partes de abrandar as relações, o que conscientemente deve levar a uma nova maneira de administração das questões regionais. Os EUA indicam interesse em alterar sua política unilateralista ao encorajar a cooperação regional, e deixam claro a seus aliados – principalmente Israel e Arábia Saudita – que a sabotagem do acordo pode gerar danosas consequências (SAVIR, 2015).

Atualmente, a implementação do JCPOA deve fomentar positivamente o papel de liderança regional iraniana, além de proporcionar novo espaço, junto da elite política iraniana, para a tomada de uma postura mais ativa na região (BARZEGAR, 2015). Por outro lado, segundo Savir (2015), uma análise realista sobre a competição entre as lideranças regionais do

O Oriente Médio faz perceber que a definição do acordo pode levar a uma corrida por desenvolvimento nuclear em outros países. Logo, em médio prazo, o grande desafio para a região – e também para os EUA – será orquestrar um sistema regional de segurança que abarque a questão do desarmamento nuclear.

Mesmo sendo o acordo um fato inédito entre os dois países, isso não indic, contudo, que há uma mudança genérica nos posicionamentos de Teerã e Washington no que tange à região do Oriente Médio. Os dois países são leais a suas alianças regionais e estão cautelosos em manter seus parceiros seguros (BARZEGAR, 2015). Como exemplo, podem-se citar as reuniões presidenciais entre Obama e os líderes do Conselho de Cooperação do Golfo (composto por Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Omã, Bahrain e Kuwait), que ocorreram em agosto de 2015. Ademais, Khamenei deixou claro que o Irã continua definindo seus interesses através da manutenção dos princípios da Revolução e das alianças geoestratégicas com grupos revolucionários, como o Hezbollah (SAVIR, 2015).

Conclusão

A região do Golfo Pérsico possui um valor geoestratégico muito alto para o sistema internacional atual, principalmente devido ao grau de importância de suas reservas energéticas e sua localização. Contudo, também é uma região permeada de diversos tipos de conflitos e disputas, onde há um complexo jogo de interesses. A República Islâmica do Irã e os Estados Unidos da América são dois atores-chave para compreender as dinâmicas da região, visto que ambos a definem como pauta central de suas agendas de política externa. Enquanto para o Irã o Golfo corresponde à sua primária área de projeção internacional, para os EUA a manutenção de sua preponderância na região significa assegurar o fluxo de petróleo e a segurança de seus aliados.

Esses dois atores, contudo, possuem desavenças de longa data, que geram uma percepção de ameaça entre eles. O Irã insiste que a região do Oriente Médio deve responder às suas crises endogenamente, sem interferência de países estrangeiros. Os EUA determinam que os principais patrocinadores das instabilidades regionais são os próprios iranianos, devido aos interesses desses de expansão de sua ideologia e influência. Mesmo assim, é perceptível a importância que a relação entre esses dois países tem para os estudos sobre o Golfo, e qualquer aproximação entre eles torna-se atrativa para a análise. Procurou-se, neste trabalho, investigar como se desenvolveram estas relações desde o fim da Guerra Fria, explorando os possíveis interesses dos presidentes em uma reaproximação. Esta pesquisa se justifica uma

vez que se viu, em 2013, o primeiro passo efetivo em prol de um abrandamento, a partir do acordo nuclear assinado em Genebra.

O interesse de esquematizar a pesquisa por intermédio dos pares presidenciais teve justamente o intuito de dinamizar o trabalho, indicando que uma reaproximação entre os dois países pode acontecer não necessariamente por mudanças conjunturais, mas sim por estratégias planejadas pelas partes dos governos. Por exemplo, os atentados do 11 de setembro de 2001 mostraram-se um momento oportuno para a reaproximação entre Teerã e EUA. Contudo, a administração Bush não teve interesse estratégico em encaminhar tal processo e acabou por se afastar ainda mais do Irã, ao classificá-lo no “Eixo do Mal”. A aproximação somente aconteceu quando ocorreu a coincidência de interesses, percebido pela primeira vez nos pares presidenciais Obama e Rouhani.

Quadro I: Interesses dos presidentes em reaproximação

Presidentes Estadunidenses	Presidentes Iranianos	Coincidência de Interesses
G. BUSH - Foco no conflito Israel palestino, não demonstra interesse em reaproximação	A. RAFASANJANI - Interesse em reaproximação para melhor inserção no sistema internacional auxílio no Iraque	Não
B. CLINTON - Política de contenção dupla visa ao isolamento do Irã e do Iraque, logo não há interesse em reaproximação	A. RAFASANJANI - Interesse em reaproximação para melhor inserção no sistema internacional	Não
B. CLINTON - Política de contenção dupla visa ao isolamento do Irã e do Iraque, logo não há interesse em reaproximação	M. KATHAMI - Interesse claro em reaproximação; entrevista à CNN	Não
G. W. BUSH - Guerra ao Terror, expansão da democracia e Eixo do Mal; não há interesse em cooperação	M. KHATAMI - Interesse claro em reaproximação; auxílio na Guerra ao Terror	Não
G. W. BUSH - Guerra ao Terror, expansão da democracia e Eixo do Mal; não há interesse em cooperação	M. AHMADINEJAD - Política mais dogmática e anti-EUA, o que demonstra pouco interesse em reaproximação	Não
B. OBAMA - Interesse em modificar as relações, primeiramente por via diplomática, tendo como segunda opção o aumento de sanções.	M. AHMADINEJAD - Política mais dogmática e anti-EUA, o que demonstra pouco interesse em reaproximação	Não
B. OBAMA - Interesse em modificar as relações, primeiramente por via diplomática, tendo como segunda opção o aumento de sanções.	H. ROUHANI - Interesse em reaproximação a fim de combater o isolamento diplomático e o esgotamento econômico	Sim

Fonte: Elaboração da autora

Barack Obama, ao assumir a presidência, em 2009, indicou que adotaria uma política externa mais pragmática, mantendo os EUA como o líder da ordem internacional vigente, mas

evitando a abordagem assaz ideológica do governo anterior. Dentre seus objetivos, a administração buscava modificar sua atuação perante os acontecimentos no Oriente Médio. Obama detectou que a principal causa de tensão com o Irã era a indefinição da questão do projeto nuclear do país e, assim, decidiu reiniciar o processo de resolução nesse tópico. Obama se esquivou da política anterior frente ao tópico, reformulando a abordagem antiga, que visava ao incremento da pressão das sanções somente após uma renovação dos esforços diplomáticos. Este foi o primeiro momento em que o governo estadunidense indicou vontade política de abrandar as relações com o Irã. Todavia, a aproximação só poderia acontecer na ocasião em que o outro par presidencial indicasse o mesmo interesse.

De fato, Obama precisou que um presidente mais pragmático subisse ao poder no Irã, visto que o seu primeiro par presidencial, Ahmadinejad, não apresentava comportamento político que demonstrasse interesse na aproximação com o Ocidente, muito menos com os EUA. Em 2013, a eleição de Hassan Rouhani apresentou-se como um novo momento propício para reaproximação. Durante a campanha eleitoral, Rouhani deixou claro que uma das funções de seu governo seria alcançar uma resolução para a questão nuclear, a fim de diminuir as sanções internacionais e reaquecer a economia do país. Assim, este artigo confirma sua hipótese de que em 2013, com os pares Obama e Rouhani, percebe-se o primeiro momento de coincidência de interesses em reaproximação. Ao assumir a presidência iraniana, Rouhani ressaltou a prioridade dada ao engajamento internacional para resolver a questão nuclear, o que disponibilizava espaço para que Obama reiniciasse sua via diplomática. Considera-se que o acordo de 2013 – e o posterior assinado em 2015 – faz parte de uma estratégia política de ambas as partes de melhorar as relações em longo prazo.

Após a resolução desta questão, é possível que surjam novas áreas de cooperação e ação conjunta entre Teerã e Washington. A reaproximação pode iniciar uma mudança no cenário do Golfo Pérsico, redinamizando o jogo de alianças e cooperações. Aos EUA, a reaproximação lhe disponibilizaria um novo aliado, estável e coeso ideologicamente, na guerra contra o extremismo e grupos paraestatais, como o Estado Islâmico e a Al'Qaeda, que são inimigos comuns ao Irã. Além do mais, um Irã sem sanções significaria mais uma fonte de petróleo para o Ocidente. Ao Irã tal processo não só poderia melhor integrar o país à economia mundial, mas também torná-lo mais aceito perante a comunidade internacional, possivelmente reduzindo o isolamento do país e, assim, criando maior espaço para ser reconhecido como potência regional. Contudo, tal processo ainda é frágil e sua solidificação depende muito dos jogos políticos externos e domésticos dos dois países, sendo muito

condicionado pelas escolhas tomadas em diferentes administrações. Nesse sentido, aponta-se a necessidade de um contínuo estudo sobre os desenrolares das negociações.

Referências

- ABRAHAMIAN, Ervand (2008). **A History of Modern Iran**. Nova York, Estados Unidos: Cambridge University Press.
- ADIONG, Nassef M. (2008). **The U.S.' and Israel's Securitization of Iran's Nuclear**. Publish & Find Knowledge
- BARZEGAR, Kayhan (2015). **How Iran deal could bring multilateralism to Middle East**, publicado em Al Monitor. Publicado em [http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2015/08/iran-region-multilateralism.html]. Disponibilidade: 28/11/2015.
- BOJARCZYK, Bartosz (2012). Geopolitics of the Persian Gulf region. **Teka Kom Politol. Stos. MEDzynar**. OL PAN, 7, p. 80-100.
- CHAFETZ, Glenn; ABRAMSON, Hillel; GRILLOT, Suzette (1996). Role Theory and Foreign Policy: Belarussian and Ukrainian Compliance with the Nuclear Nonproliferation Regime. **Political Psychology**, 17 (4): 727-57.
- COOK, Alethia; ROSHANDEL, Jalil (2009). **The United States and Iran: Policy Challenges and Opportunities**. Nova York: Palgrave Macmillan.
- CORDERMAN, Anthony; COUCHLIN-SCHULTE, Chloe; GOLD, Bryan (2013). **U.S. and Iranian Strategic Competition: Sanctions, Energy, Arms Control, and Regime Change**. Washington, EUA: Center for Strategic and International Studies, Burke Chair in Strategy.
- DABASHI, Hamid (2013). **What happened to the Green Movement in Iran?**. Publicado em Aljazeera [http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2013/05/201351661225981675.html]. Disponibilidade: 25/11/2015.
- DAVENPORT, Kelsey (2014). **History of Official Proposals on the Iranian Nuclear Issue**, publicado em Arms Control Association. Publicado em [http://www.armscontrol.org/factsheets/Iran_Nuclear_Proposals]. Disponibilidade: 15/11/2015.
- DEHGHANPISHEN, Babak (2013). Ahmadinejad Vs. Ayatollah Khamenei: Iran's President, Supreme Leader Clash Over Political Authority. Publicado em **The World Post** [http://www.huffingtonpost.com/2013/02/08/ahmadinejad-vs-ayatollah-khamenei_n_2647337.html]. Disponibilidade: 13/11/2015.
- DUECK, Colin (2006). **Reluctant Crusaders: Power, Culture and Change in American Grand Strategy**. USA: Princeton University Press.

- ERDBRINK, Thomas (2013). President-Elect Stirs Optimism in Iran and West, publicado em **The New York Times, Middle East** [http://www.nytimes.com/2013/07/27/world/middleeast/president-elect-stirs-optimism-in-iran-and-west.html?pagewanted=all&_r=0#h]. Disponibilidade: 25/11/2015.
- GANJI, Akbar. (2013) Frenemies Forever: The Real Meaning of Iran's "Heroic Flexibility", publicado em **Foreign Affairs** [http://www.foreignaffairs.com/articles/139953/akbar-ganji/frenemies-forever]. Disponibilidade: 18/11/2015.
- GANJI, Babak (2012). **Main Currents in Iranian Strategy Since 9/11**. Oxford: Conflict Studies Research Centre.
- HUDSON, Valerie (2005). Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations. **Foreign Policy Analysis**, 1 (1): 1-30.
- INDYK, Martin S.; LIEBERTHAL, Kenneth ; O'HANLON, Michael E. (2012). Scoring Obama's Foreign Policy: A Progressive Pragmatist Tries to Bend History. Publicado em **Foreign Affairs** [https://www.foreignaffairs.com/articles/2012-04-20/scoring-obamas-foreign-policy]. Disponibilidade: 11/11/2015. .
- LEVERETT, Flynt; LEVERETT, Hillary Mann (2012). **Going to Tehran: Why the United States Must Come to Terms with the Islamic Republic of Iran**. Nova York: Metropolitan Books Henry Hold and Company.
- _____. (2013). What Rouhani's election should mean for Washington. Publicado em **The Hindu** [http://www.thehindu.com/opinion/lead/what-rouhanis-election-should-mean-for-washington/article4823926.ece]. Disponibilidade: 25/11/2015.
- LUCAS, Scott (2015). Iran celebrates historic nuclear deal – all eyes now on supreme leader. Publicado em **Open Security** [https://www.opendemocracy.net/opensecurity/scott-lucas/iran-celebrates-historic-nuclear-deal%E2%80%94all-eyes-now-on-supreme-leader]. Disponibilidade: 15/11/2015.
- MALONEY, Suzanne (2013a) Why Rouhani Won – And Why Khamenei Let Him. Publicado em **Foreign Affairs**, June 16 [http://www.foreignaffairs.com/articles/139511/suzanne-maloney/why-rouhani-won-and-why-khamenei-let-him]. Disponibilidade: 03/11/2015.
- _____. (2013b). Saved by the Deal: How Rouhani Won the Negotiations and Rescued His Regime. Publicado em **Foreign Affairs**, November 27 [https://www.foreignaffairs.com/articles/iran/2013-11-27/saved-deal]. Disponibilidade: 03/11/2015.
- MEARSHEIMER, John. (2011) Imperial by Design. **The National Interest**, 111, Jan/Feb.
- MEERNIK, James. (1993) Presidential Support in Congress: Conflict and Consensus on Foreign and Defense Policy. **The Journal of Politics**, 55 (3): 569-87.
- MILANI, Mohsen (2013a). Rouhani's Foreign Policy: How to Work With Iran's Pragmatic New President. Publicado em **Foreign Affairs**, June 25

[<http://www.foreignaffairs.com/articles/139531/mohsen-milani/rouhanis-foreign-policy>]. Disponibilidade: 03/11/2015.

_____. (2013b) If at First Rouhani Doesn't Succeed: The Case of Optimism About U.S.-Iranian Relations. Publicado em **Foreign Affairs**, September 24 [<https://www.foreignaffairs.com/articles/iran/2013-09-24/if-first-rouhani-doesnt-succeed>]. Disponibilidade: 03/11/2015.

_____. (2013c) Persian Parley: Still Optimistic About U.S. - Iranian Relations. Publicado em **Foreign Affairs**, November 26 [<http://www.foreignaffairs.com/articles/140295/mohsen-milani/persian-parley>]. Disponibilidade: 03/11/2015.

PARSI, Trita (2012). **A single role of the dices**. New Heaven: Yale University Press.

_____. (2014). The Persian Pivot Washington may not want to admit it, but Iran is the most stable country in the Middle East right now., Publicado em **Foreign Policy**, [http://www.foreignpolicy.com/articles/2014/06/16/pivot_to_persia_us_policy_iran_iraq_isis]. Disponibilidade: 03/11/2015.

PETERSON, Paul E. (1994). The President's Dominance in Foreign Policy Making. **Political Science Quarterly**, 109 (2): 215-34.

PRESTON, Thomas (2001). **The President and His Inner Circle**: Leadership style and the advisory process in foreign affairs. New York: Columbia University Press.

PUTNAM, R. (1998). Diplomacy and domestic politics: The logic of two-level games. **International Organization**, 42 (3): 427-60.

ROGIN, Josh (2011). Clinton confronts the paradox of America's role in the Arab Spring. **The Cable/ Foreign Policy**. November 7.

ROUHANI, Hassan (2014). **What Iran Wants in 2014**: open letter from the president. Publicado em Project Syndicate [<http://www.project-syndicate.org/commentary/hassan-rouhani-on-iran-s-new-moderation>]. Disponibilidade: 18/11/2015.

RYNHOLD, Jonathan (2008). **President Obama and the Middle East Challenge**. BESA Center Perspectives Papers, Nº 50. Ramat Gan/ Montreal: Begin-Sadat Center for Strategic Studies.

SAVIR, Uri (2015). Rethinking the Middle East's nuclear balance. Publicado em **Al Monitor** [<http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2015/08/israel-iran-us-mideast-nuclear-free-agreement-obama.html>]. Disponibilidade: 15/11/2015.

SOLÓMON, Mónica; PINHEIRO, Letícia (2013). Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 56 (1): 40-59.

- TAFESH, Abdul Qader (2012). **Iran's Green Movement: Reality and Aspirations**, publicado em Aljazeera Center for Studies [<http://studies.aljazeera.net/en/reports/2012/11/20121159103533337.htm>]. Disponibilidade: 05/11/2015.
- TAKEYH, Ray (2009). **Guardians of the Revolution: Iran and the World in the Age of the Ayatollahs**. Nova York: Oxford University Press.
- WRIGHT, Steven (2007). **The United States and Persian Gulf Security: The Foundations of the War on Terror**. Reading: Durham Middle East Monographs, Ithaca Press.
- YETIV, Steve A. (2008). **The Absence of Grand Strategy: The United States in the Persian Gulf, 1972-2005**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- ZARIF, Mohammad Javad (2014). What Iran Really Wants: Iranian Foreign Policy in the Rouhani Era. Publicado em **Foreign Affairs**, May/June [<https://www.foreignaffairs.com/articles/iran/2014-04-17/what-iran-really-wants>]. Disponibilidade: 18/11/2015.